



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

JOÃO DILSON DE OLIVEIRA FILHO

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS (ONG'S)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

JOÃO DILSON DE OLIVEIRA FILHO

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS (ONG'S)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. M.e Jacques Henrique gomes da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

O47c

Oliveira Filho, João Dilson de.

Captação de recursos financeiros em Organizações Não Governamentais (ONG's) / João Dilson de Oliveira Filho. - 2018.

29 f.

Monografia (especialização) - Instituto de Educação à Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

Orientador: Prof. M.e Jacques Henrique Gomes da Silva.

1. Organizações não-governamentais - Finanças. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 361.8068

JOÃO DILSON DE OLIVEIRA FILHO

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS (ONG'S)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Aprovado em: 17/11/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. M.e Jacques Henrique Gomes da Silva (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof. M.e Marcos Antonio Barbosa de Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof.^a Rejane Felix Pereira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

À Deus.

Aos meus pais, a minha família, aos Professores, tutores e a todos que torceram para o meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileiro pelos os serviços prestados em excelência

Aos Professores que ministraram suas aulas com eficiência

Aos professores participantes da banca examinadora pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões. E a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para o sucesso desse trabalho.

RESUMO

A prática da captação de recursos é um dos maiores desafios enfrentados pelas Organizações não Governamentais (ONG's), no entanto, para que suas atividades continuem sendo desenvolvidas, faz-se necessário buscar recursos financeiros, sejam por meio de parcerias ou convênios com o Estado ou mesmo com empresas privadas ou ainda por meio de doações. Assim, este trabalho objetiva verificar as principais dificuldades enfrentadas pelas ONG's para captação de recursos financeiros. Com a utilização da pesquisa bibliográfica, verificou-se que a concretização de parcerias e/ou convênios entre ONG's e o poder público ou empresas privadas são realizados, na maioria das vezes, com o atendimento a editais que exigem a prática de todo um processo burocrático, o que se apresenta como uma das maiores dificuldades para as ONG's, pois, para obtenção efetiva dos recursos financeiros advindos desses editais de convênios ou de parcerias, é importante a participação, por parte da ONG, de um profissional qualificado, e com experiência na elaboração de propostas, o que não é previsto nos cargos de gestão para as ONG's. Portanto, para o sucesso das propostas submetidas aos editais sejam alcançados as é imprescindível que as ONG's mantenham em sua equipe ou uma parceria com um profissional qualificado responsável pelas propostas a serem submetidas.

Palavras-chave: Organizações Não-Governamentais - Finanças.

ABSTRACT

The practice of raising funds is one of the greatest challenges faced by Non-Governmental Organizations (NGOs), however, in order to continue developing their activities, it is necessary to seek financial resources, either through partnerships or agreements with the State or even with private companies or even through donations. Thus, this work aims to verify the main difficulties faced by NGOs to raise funds. Through the use of bibliographical research, it has been verified that the implementation of partnerships and / or agreements between NGOs and the public power or private companies are carried out, in most cases, with the attendance of public notices that require the practice of a whole bureaucratic process , which is one of the greatest difficulties for NGOs, since, in order to obtain the financial resources derived from those of the agreements or partnerships, it is important that the NGO participate in a qualified and experienced professional in the preparation of proposals, which is not provided for in management positions for NGOs. Therefore, for the success of the proposals submitted to the edicts are reached, it is imperative that the NGOs maintain in their team or a partnership with a qualified professional responsible for the proposals to be submitted.

Keywords: Non-Governmental Organizations - Finances.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MROSC** - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
- NBR** - Norma Brasileira Regulamentar
- ONG'S**- Organizações Não Governamentais
- ONU** - Organizações das Nações Unidas
- OSCIP** - Organizações Sociais Civas de Interesse Público
- PUCPR** - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
- SINCOV** – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos
- SIBI** - Sistema Integrado de Bibliotecas
- Trad.** – Tradutor

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	11
Objetivo Geral.....	11
Objetivos Específicos	12
1.2 JUSTIFICATIVA.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 O Terceiro Setor da Economia e as ONG's	12
2.2 O Processo de Captação de Recursos para ONG's.....	16
2.3. Estratégias de Captação de Recursos.....	17
2.4. As novas estratégias de Captação de Recursos	19
3. METODOLOGIA	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

Tradicionalmente o campo da sociopolítica entendia apenas dois setores enquanto entidades importantes no processo de transformação social na sociedade: o público e o privado. Cada uma desses setores tem características distintas uma da outra no que se refere as personalidades. O setor público é conhecido como organizações de caráter estatais, enquanto que o setor privado ele é dotado das iniciativas particulares dos indivíduos ou associados as empresas privadas.

Falando do terceiro setor é habitual enquadrá-lo nas Organizações Não Governamentais (ONG'S), que atualmente vem desempenhando um papel importantíssimo na sociedade. Ela pode ser entendida como parte da sociedade civil, cujo objetivo consiste em solucionar determinados problemas sociais em que as outras duas instituições não conseguiram atingir de forma direta.

O debate sobre as Organizações Não Governamentais (ONG's) surgiram na década de 1970 pelos pesquisadores norte-americanos e, por volta da década de 1980, foi incorporado no ambiente europeu. Sendo assim, atualmente é reconhecido como parte da sociedade civil que vem contribuindo na economia contemporâneas devido a sua capacidade de mobilização de recursos para dar respostas às demandas sociais que, os Estados não conseguem atender.

Ademais, segundo Sachuk, Biazin e Ignatti (2000), no Brasil o debate sobre a temática é muito recente, uma vez que, os primeiros diálogos surgiram na década de 80 com a descentralização dos encargos e das receitas do governo federal em prol dos governos subnacionais estipulado pela Constituição de 1988. Nos estados ou países mais desenvolvidos, cujo os investimentos são maiores ela vem gerar empregos assim como garantir a seguridade social daquelas sociedades, promover a democracia e até desenvolvimento sustentável.

De acordo com Marçal Justen Filho (2005),

A sociedade tornou-se muito mais complexa para que as suas necessidades sejam satisfeitas exclusivamente por parte do Estado. A cidadania impõe que os indivíduos e as empresas se organizem e atuem concretamente para minorar os problemas e combater as carências. A dignidade humana e a solidariedade são compromissos da Nação consigo mesma, e não um fardo a ser carregado apenas pelas instituições financeiras governamentais (Justen Filho, 2005, p.30).

Os instrumentos legais brasileiros, definem como organizações do Terceiro Setor, as instituições sociais sem fins lucrativos, como as associações comunitárias e as fundações de direito privado, com autonomia e administração própria, que se objetiva em prestar serviços sociais ou solidariedade a algumas causas não solucionados pelos outros setores.

Tais organizações e agrupamentos sociais cobrem amplo espectro de atividades, campos de trabalho ou atuação, seja na defesa dos direitos humanos, na proteção do meio ambiente, assistência à saúde, apoio a populações carentes, educação, cidadania, direitos da mulher, direitos indígenas, direitos do consumidor, direitos das crianças, etc. (FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, 2015)

Além disso, percebe que essa instituição tem marcos legais que os possibilita a arrecadação de fundos para desenvolver suas ações na tentativa de garantir os direitos humanos dos cidadãos dentro da sociedade independentemente de classe raça, gênero ou sexualidade e no que se refere ao Brasil ela também vem nesse intuito de tentar multilateralizar as ações e fomento da democracia ou estabilidade social.

Nos estados menos desenvolvidos apesar de poucos investimentos nas organizações desse caráter, o terceiro setor vem conquistado espaços, com base na sua ideologia assistencialista tradicionalmente conhecida. Suas ações são gerenciadas na sua maioria por gestores voluntários, preocupados com o desenvolvimento das suas comunidades, bairros, cidades ou país.

As ONG's são compostas por organismos coletivos, com personalidades jurídicas de direito privados defendidas pelo Código Civil Brasileiro. O código destaca como terceiro setor associações de fundações de direitos sociais. Entidades essas, que partilham características comum como: ausência de fins lucrativos, mesmos códigos normativos e todas são de caráter públicos e sociais.

Vale salientar que no Brasil, juridicamente ainda não existe um a definição do terceiro setor ou qualificação registrado no sistema normativo. Mas isso não por falta de tentativas já que em 1997 o governo federal organizou uma reunião com os representantes desse setor para um diálogo entre governos e sociedades civil, dirigida pelo Conselho da Comunidade Solidária, sobre o "marco legal do Terceiro Setor". No ano seguinte foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei cujo o intuito é

A qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, e que institui o termo de parceria, que foi, após célere tramitação no Congresso Nacional, sancionado no ano de 1999 como Lei n.º 9.790/1999, a lei das OSCIPs.

Com certeza, o Terceiro Setor, como reflexo direto da capacidade de ação, generosidade, solidariedade da própria sociedade civil brasileira, deve ser consolidado. Portanto, é indispensável que seu marco legal seja reformulado juridicamente, uma vez que, na medida em que ele seja saneado institucionalmente, sua importância ética, social e política seja resgatada aos olhos da própria comunidade em que se insere.

Com isso, percebe-se que as ONG's são fundamentais para atuar nesses campos, o que leva a emergência de fortalecer esses agentes sociais emergentes, apoiando-as nas estruturações e lutas, permitindo a conquistas de investidores e investimentos, viabilizando a captação de recursos que são cruciais para o melhor desempenho das suas atividades.

Nos últimos anos a captação de recursos passou a ter grande relevância, devido ao seu significado para a permanência da vida útil das instituições, visto que eles não podem ficar à mercê dos governos e nem dependentes de doações. Por isso, buscam outras fontes investidoras que os torna mais eficientes e dinâmicas diante da nova ordem da política mundial e da proliferação das Organizações desse caráter. É relevante fomentar que muitas vezes as ONG's não conseguem alcançar seus objetivos devido à inviabilidade de recursos durante a captação para execução de projetos. Diante disso o objetivo deste trabalho consiste em entender as suas dificuldades encontradas durante o processo de captação de recursos para depois traçar estratégias que permitirá as atividades das ONG's mais eficientes.

1.1 objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral

Compreender as perspectivas e desafios em relação a captação de recursos financeiros pelas Organizações Não Governamentais (ONG's)

Objetivos Específicos

- Analisar as dificuldades de captação de recursos pela ONG
- Verificar as perspectivas futuras em relação a captação de recursos

1.2 JUSTIFICATIVA

Desde a década de 1990 com a proliferação das ONG's, tornou-se cada vez mais desafiadoras as lutas para captação de recursos para a suas sobrevivências e desenvolvimento de ações. Dada a importância das ONG para a sociedade, têm-se a necessidade de buscar compreender a relevância e o desafio da captação de recursos financeiros, o que torna essa investigação de extrema relevância para traçar estratégias e entender como as ONG's vem trabalhando para minimizar alguns erros que de alguma forma impede de alcançar seus objetivos.

Também, esse trabalho terá uma relevância para as ONG's, em que lhes permite uma maior visão sobre a captação de recursos e ou até no planejamento estratégico para criação de novos mecanismos de captação de recursos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Terceiro Setor da Economia e as ONG's

O Primeiro Setor (Estado) tem como finalidade promover meios para que o cidadão se desenvolva, e sua atuação visa o estabelecimento, a execução e o cumprimento das leis. Para o cumprimento da sua função utiliza como suporte, as leis, a polícia e a justiça. Sendo assim é constituída tanto de direitos quanto de deveres para uma boa convivência em sociedade. (INSTITUTO FONTE, 2012)

Já o Segundo Setor (Empresa privada) tem como finalidade a geração de "excedentes", e sua atuação visa produzir, consumir bens e serviços no intuito de atender as necessidades dos indivíduos. Para o cumprimento de sua função pode dispensar meios, a exemplo do capital, propriedade e tecnologia, sendo uma de suas características a existência de um ou mais donos. Com isso, atua na técnica e no raciocínio compensatório. (INSTITUTO FONTE, 2012)

As entidades não governamentais, embora sejam privadas, não possuem fins lucrativos e atuam promovendo e/ou executando atividades de interesse público. Para se referir a essas entidades os doutrinadores estão adotando a expressão

“terceiro setor” (FIGUEIREDO, 2018). O conceito de Terceiro Setor no Brasil é muito diversificado, sendo, portanto, de difícil definição.

Para Salamon (1998), um dos pioneiros nos estudos sobre o terceiro setor, estas organizações têm capacidade de gerar empregos e movimentar renda. Já, para Rifkin (1997, p. 20), enquanto o Estado cria capitais e empregos no Governo e as empresas privadas criam capitais e empregos de mercado, a sociedade civil cria capital social e empregos. Este autor, não diferencia a sociedade civil das organizações sem fins lucrativos. Ele mostra a importância do terceiro setor na relação entre o emprego perdido nas indústrias e a capacidade de geração de novas oportunidades na atual era da informática.

Para Tenório (1997, p. 7) pode-se obter o seguinte entendimento:

Essas organizações não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade.

A coligação dos três setores é crucial para as necessidades de sociedade em geral. Efetivamente, as organizações não governamentais necessitam de recursos e parcerias, para que possam atuar dentro da sociedade, uma vez que as ONG's não possuem recursos próprios. Habitualmente as atividades desenvolvidas pelos setores públicos, não são isoladas já que as empresas privadas veem que as ONG's estão bem engajadas nas lutas para solucionar as problemáticas sociais que afetam a sociedade.

As discussões relacionadas a definição da expressão “terceiro setor” se deve, em parte, das poucas referências que abordam essa temática.

Para Fernandes (1997, p.27):

O terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Já para Rothgiesser (2002, p.2):

Terceiro Setor seriam iniciativas [...] privadas que não visam lucros, iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado. São cidadãos participando de modo espontâneo e voluntário, em ações que visam ao interesse comum.

No entanto, o conceito mais aceito atualmente, segundo Gonçalves (1999, p.2), é o de que se trata de uma esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido comum.

O termo “terceiro Setor” associado ao termo “sem fins lucrativos” podem designar uma organização que detém a finalidade social, ao contrário das empresas de mercado, em que só visam a maximização dos lucros e que gera o crescimento e a sustentabilidade das empresas no mercado e na sociedade. Quando surge uma indagação, como essas organizações não-governamentais (ONG’s) conseguem se manter, na prestação de serviços? Por isso, que toda ONG desenvolve uma atividade muito importante para manutenção dos serviços prestados, que é a captação de recursos financeiros.

De acordo com a Manual Legislativo do Terceiro Setor (MLTS),

O termo paraestatal, que também é muito utilizado para ONG’s, é o conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos que, apesar de não integrarem a administração pública direta ou indireta, atuam como entes de cooperação com o Estado, onde se colocam como aliados, desempenhando atividades de interesse de todos (Manual Legislativo do Terceiro Setor, 2015, p.)

Através dos projetos que prestam serviços levando benefícios a toda coletividade, e por receberem recursos financeiros provenientes do estado por meio de parcerias, convênios e fomentos, as ONG’s estão sujeitas ao controle da administração pública, realizado pelo tribunal de contas.

Tanto a administração pública quanto as ONG’s devem desenvolver suas atividades baseados nos princípios constitucionais tratados no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, conforme Maximiano (2012, p.8):

- Princípio da Legalidade: O administrador deve fazer as coisas baseadas na regência da lei imposta;

- Princípio da Impessoalidade: O administrador não pode dar privilégios para pessoas do seu agrado;
- Princípio da Moralidade: A Ética é a base do administrador;
- Princípio da Publicidade: Todos os atos referentes a administração devem ser transparentes
- Princípio da Eficiência: Quando o administrador alcança o público alvo em relação aos serviços prestados.

O trabalho desenvolvido pelas ONG's está praticamente em todos os segmentos, proporcionando ações de educação, saúde, segurança e cultura. Sendo assim, percebe-se que é uma infinidade de serviços que deveriam ser prestados pelo poder público.

Apesar de muitas pessoas considerarem apenas como "forma de caridade", as ONG's têm assumido papéis importantes na sociedade ao atuarem como agentes da mudança, propondo discussões acerca dos fatos econômicos e sociais. Porém, enfrentam dificuldades de gestão, por muitas vezes não possuírem uma estrutura adequada ou recursos financeiros suficientes para atender seus objetivos (CAZZOLATO, 2009).

Por serem associações civis, sem fins lucrativos de setor privado, de interesse público, as ONG's possuem as seguintes características, entre outras (MELO, 2001):

- I. Reunião formal de pessoas em torno de interesses e objetivos comuns.
- II. Executar ações solidárias, de ajuda mútua e filantrópica.
- III. Ter autonomia, livre adesão e participação voluntária dos associados.
- IV. Iniciativas na esfera pública não realizados pelo estado.
- V. Atuação política e social, fundamentadas no princípio e valores pactuados por todos integrantes/ associados.

Juridicamente as ONG's são enquadradas no código civil como associação. Dessa forma, o Estado é denominado como o primeiro setor; o mercado (empresas privadas com fins lucrativos) e o segundo setor; e as entidades da sociedade civil (organização de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público) são o terceiro setor. (SEBRAE, 2018)

Conforme Scherer-Warren (1999) o campo de atuação das ONG's tem como base três referenciais: a filantropia, o desenvolvimento e a cidadania. A filantropia constitui uma ação solidária, indo além do assistencialismo presente no conceito vetusto de filantropia. Na realidade, apresenta-se como uma tentativa de ampliação desse assistencialismo, inserindo outros braços, como o desenvolvimento e a cidadania.

2.2 O Processo de Captação de Recursos para ONG's

As organizações não-governamentais precisam trabalhar arduamente para captação de recursos financeiros para ofertar manutenção aos serviços prestados para comunidade assistida. São recursos destinados para pagamentos de despesas operacionais e para realização de atividades sociais.

A captação de recursos, se classifica como um dos maiores pilares da administração de uma ONG, pois para ter sucesso nessa atividade é necessário acessar várias fontes de recursos, como a iniciativa privada (pessoas físicas ou jurídicas), fundações, organizações religiosas, organismos internacionais, projeto de geração emprego e renda, governo e eventos.

Dessa forma, as ONG's, no que diz respeito a captação de recursos financeiros, devem manter uma boa relação com diversos públicos, a fim de obter recursos capazes de subsidiar todos serviços prestados, sem nenhuma interrupção.

As entidades filantrópicas, não-governamentais e sem fins lucrativos, dependem da obtenção de recursos financeiros e pessoais para a execução de seus trabalhos, contudo, muitas vezes seus objetivos não são alcançados devido a problemas enfrentados na captação de recursos, inviabilizando o desenvolvimento de projetos (SARTORI et al, 2003).

De acordo com Drucker (1988 citado por Oliveira e Sanches 2004) embora seja necessário o levantamento de recursos financeiros para a operacionalização das suas atividades, a ONG não pode se subordinar a esse processo, mas sim fazê-lo para que sua missão possa ser cumprida. Dessa maneira, a obtenção de recursos financeiros é um meio, e não um fim, essas organizações precisam ter comportamento de empresa (organização competitiva no seu mercado de atuação) e responsabilidade de Estado, em razão da necessidade de serem autossustentáveis e de atuarem, normalmente, em setores ditos sociais, como de educação e saúde.

As organizações não-governamentais (ONG's) se preocupam com a captação de recursos, que por sua vez, é um dos pilares de suma importância para manter as atividades em plena execução, porém muitas delas não possuem recursos suficientes para a manutenção do seu funcionamento. Diante disso a tarefa de captação de recursos financeira é atividade de intenso esforço.

O sucesso na captação de recursos depende do relacionamento que se estabelece com os doadores que são pessoas ou instituições que geralmente compartilham a missão, valores e objetivos da organização (SZAZI, 2005; PEREIRA, 2006; TACHIZAWA, 2007)

Portanto, as organizações não-governamentais tendem a manter o equilíbrio entre atender as expectativas e as exigências de doadores, e de que forma são gastos o dinheiro. As parcerias visam contribuir com o fortalecimento das ONG's, para que sejam cada vez mais autônomas e sustentáveis.

2.3. Estratégias de Captação de Recursos

As estratégias de captação de recursos financeiros estão focadas, na maioria das vezes, em elaboração de projetos de financiamentos e na promoção de campanhas cuja finalidade é recolher contribuições financeiras junto as pessoas físicas e jurídicas, Estado, organizações internacionais e empresas privadas, porém esses projetos sofrem alguns entraves por parte das fontes financiadoras.

De acordo com Valarelli (2001), uma estratégia bem elaborada de captação de recursos que amplie e diversifique as fontes de captação contribui para aumentar a autonomia das organizações frente às mudanças e exigências das fontes de financiamento, dando a elas maior capacidade de manutenção da sua identidade, sem precisar abrir mão de sua missão e valores, que são muitas vezes requisitados pelas entidades doadoras, conseguindo assim manter a independência frente aos interesses dos investidores.

Quando a atividade de captação de recursos financeiros é bem desempenhada, há vantagens para ambos os lados, tanto para quem doa, como para quem recebe, em relação as fontes financiadoras elas recebem dedução de impostos e se tornam empresa de responsabilidade social.

No Brasil quem é incentivador das leis são os governos para que possam garantir a redução de impostos dos apoiadores desses projetos culturais e ou

sociais. A Lei Rouanet que é a maior lei federal que surgiu com este propósito, mas também há outras leis que contribuem. Ademais, elas defendem a apresentação do projeto para uma banca examinadora para escolher quem e quanto receberá recursos. Após sido escolhidos e com a autorização em mãos, a ONG procura um parceiro que vai contribuir para a execução das suas ações. Entretanto, existem empresas renomados no mercado que oferecem programas de seleção de projetos a serem executados pelas ONG's.

Também existe no Brasil um sistema de gestão de convênios e contratos de repasse, denominado SINCOV. Esse sistema permite a liberação de convênios, o acompanhamento de execução de projetos e a prestação de contas dos conveniados, sendo também, uma opção para captação de recursos para essas organizações. Outra alternativa para captar recursos é através das agências internacionais, a maioria ligadas a Organizações da Nações Unidas (ONU), além do Banco interamericano de desenvolvimento (BID), dentre outras instituições internacionais.

A atividade de captação de recursos, ganhou nos últimos anos enorme importância e passou a ser vista como uma ação que deve ser executada com alto grau de profissionalismo, dada a sua significância para a sobrevivência das organizações, visto que elas não podem ficar esperando que somente o governo forneça os recursos necessários para que possam se manter, ou então ficar à mercê de doações, obrigando-as, assim, a buscarem outras fontes investidoras e tornar a atividade de captação mais eficiente e dinâmica.

Conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), a nova lei 13.019/2014 que entrou em vigor em 23 de janeiro de 2016 para União e estados, e em 2017 para os municípios, tem como principais objetivos: disciplinar as parcerias envolvendo ou não, o repasse de recursos públicos a entidades privadas para a realização de projetos e atividades de interesse público; e criar novos instrumentos jurídicos que substituirão os convênios nessas parcerias.

O MROSC, além das diversas exigências que trouxe para as Organizações da Sociedade Civil (OSC), também impôs uma série de novas regras a serem observadas e adotadas pela administração pública (União, estados e municípios) para seleção, celebração, monitoramento, avaliação, controle e prestação de contas das novas parcerias.

Com isso, em virtude de tais inovações, pode-se considerar que a única vantagem remanescente da qualificação como Organizações Sociais Civis de Interesse Público (OSCIP) é a possibilidade de celebrar Termos de Parcerias com o poder público, além dos outros instrumentos criados pela Lei nº 13.019/14, visto que os demais benefícios que até então eram exclusivos já podem ser usufruídos pelas OSC que não possuam tal titulação.

De acordo com Dimenstein (2005), a captação de recursos deve estar pautada em alguns princípios básicos, dentre eles, pode-se destacar:

- 1) Definição exata da verba necessária para realizar a ação;
- 2) Pesquisa dos potenciais doadores;
- 3) Levantamento dos contatos no entorno da entidade;
- 4) Criação de um banco de dados;
- 5) Elaboração de uma proposta bem estruturada, com orçamento;
- 6) Montagem de uma apresentação sobre a proposta;
- 7) Abordagem clara e objetiva;
- 8) Realização de contato de retorno;
- 9) Encaminhamento de agradecimento;
- 10) Prestação de contas.

Estando alinhado a esses dez princípios permitirá que as ONG's consigam maiores acessibilidades aos recursos. Nota-se que, os princípios são fundamentais no que tange a captação de recursos. Por isso, as ONG's precisam se alinhar a esses princípios para uma maior profissionalização das suas ações.

2.4. As novas estratégias de Captação de Recursos

Durante o estudo percebemos que as ONG's estão muito ligadas ao modelo tradicional de captação de recursos. Esse modelo baseia-se apenas na arrecadação por meio de investimentos de dois setores a saber: o setor público e o setor privado. Neste âmbito, a nossa estratégia seria por meio de dedução do imposto que possibilita fazer a captação de recursos que possa englobar um terceiro setor em vez de ficar à mercê dos dois setores como é conhecido na estratégia tradicional de captação de recursos. A inclusão desse terceiro setor na captação de recursos permitirá a dinamização de parceiros e de forma inteligente superar as objeções que

as ONG's vêm enfrentando diante das conjunturas políticas que vem tornado cada vez mais desafiadora para as ONG's.

Neste prisma, seria interessante a inclusão tanto das Pessoas físicas, como as Pessoas Jurídicas. Nessa lógica, preconiza-se que às instituições explore a possibilidade dos recursos do setor público em três áreas, além das ações coletivas juntamente com o setor privado que recebe apoio do governo e doar para as ONG's em troca de baixa taxa de impostos. Entretanto, na nova estratégia de captação, as instituições possibilitam que elas dividem as fontes em diversas fontes.

Uma outra estratégia de arrecadação de recursos seria uma tentativa de fazer parcerias com instituições de mesmo segmentos, uma vez que muitas ONG's atuam nas mesmas áreas. A ideia é procurar parceria com ONG's que já tem mais tempos atuando e que já tem recursos próprios e financiadores fixos. Isso possibilita uma maior integração entre elas e possa gerar impactos positivos na resolução das demandas e torna-los mais dinâmica já que podem compartilhar projetos para execução.

Apesar das ONG's tradicionalmente tem o caráter nacional, acreditamos que a internacionalização desses serviços seria de grande relevância para incentivar a maior captação de recursos. Pois, com essa nova ordem mundial e proliferação das ONG's a internacionalização seria um possível caminho para sair da dependência interna e propor uma visão diferenciado para as ONG's. A multinacionalização das ONG's num universo cada vez mais globalizado seria uma potencialidade no que tange a captação de recursos, uma vez que isso a torna mais eficiente e dinâmico.

Por fim, entendemos que o plano de prospecção de possíveis parceiros ou colaboradores seria uma mais valia para a captação de recursos já que a prospecção ela permite que as ONG's conseguem maior informação sobre os possíveis doadores ou parceiros.

3. METODOLOGIA

Para realização de qualquer tarefa é fundamental o uso de procedimentos metodológicos que permite-nos traçar caminhos para alcançar os objetivos. Conforme Minayo (2002) a investigação é atividade importante da ciência na sua sindicância e elaboração da realidade. É ela que dá consistências a atividade de ensino e a contextualiza diante da realidade. O presente estudo foi saciado com base na pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa.

Marconi e Lakatos (2017) entendem que a pesquisa bibliográfica é a somatória de todos os conhecimentos já produzidos e publicados que traz relatos sobre o assunto em análise. Entre essas produções podemos desatracar: jornal, livros, boletins, constituições, manuais, artigos, monografias, teses, dissertações até mecanismos de comunicações orais como: filmes, programas televisivos e de rádio, gravações entre outros. Ademais o intuito desse método de pesquisa, “é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o determinado assunto, inclusive conferencias seguidas de debates que tenham sido transcritos de alguma forma” (Marconi e Lakatos, 2017, p.200).

Entretanto, por meio de uma análise crítica sobre os assuntos discutido nesses referencias permitiu a realização da nossa monografia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta parte faremos a discussão, com base na referencial teórica com intuito de entender, como as ferramentas auxiliares na elaboração de projetos para participação na canalização de recursos utilizados pelas organizações sem fins lucrativos. Essas organizações são denominadas de terceiro setor cujo há uma diversidade de definições para esse conceito. Alguns autores conceitualiza-o como entidade com capacidades de criar empregos e movimentar rendas, enquanto eu para outros aa Estados e as empresas privadas são responsáveis pela criação de empregos e movimentações de rendas e o terceiro sector é que capta recursos destes órgãos para solucionar determinados problemas sociais que os dois primeiros setores não conseguem atingir.

De acordo com a revisão teórica, as organizações do terceiro setor têm dificuldades em captar incentivos financeiros, em razão de fatores tais como: proliferação das ONGs; Crise econômica no ambiente global; dificuldades na elaboração de projetos e escassez de editais que possibilitam a candidatura com projetos sociais. Muitos ONGS não conseguem participar nos editais devido a falta de eficiência na elaboração de projetos de captação de recursos, assim como os financiadores estão sendo cada vez mais exigentes defendendo projeto de seus interesses.

Analisar o ambiente em que as ONGs encontram inseridas, seus obstáculos de gerenciamento e captação de recursos, de atendimento às exigências das agências financiadoras e de elaboração de projetos com qualidade considerável, permite fazer algumas precauções:

- a) No que tange a captação de incentivos financeiros, para que eles sejam permanentes e eficientes a ONG precisa ter um delineamento, gestão e mercadologia bem definidos. É crucial estabelecer e administrar a parceria com os financiadores que seus interesses se alinham a das organizações e das causas que ela defende, ter um projeto definido, estruturado e que deixa explicito os possíveis resultados obtidos junto aos beneficiários, como forma de fazer com que os investidores ter maior credibilidade na ONNG e fazer doação.
- b) Essa captação pode ser feita de diversas maneiras. O modelo tradicional de captação é por meios de elaboração de projetos sociais e participar dos editais e aguardar possíveis aprovação e financiamentos.

Efetivamente, a aprovação é um processo muito delicado e difícil, uma vez que alguns projetos apresentam sérias limitações no que tange aos problemas, resultado esperado, o objetivo, lista de ações entre outras dificuldades estruturais. Muitas das vezes isso se dá devido a falta de pessoas engajadas com a formulação de projetos já que nem todas as organizações são lideradas por grupos ou pessoas que estão no ambiente acadêmico ou melhor não são profissionais nas áreas de atuação das ONGs. Uns outros obstáculos encontrados é que as organizações não identificam quais tipos de projetos ou temas são de interesses das instituições financiadoras, por isso apresenta temáticas vastas que dificultam a interpretação.

Desta forma, compreende-se que o planejamento é fundamental pois evita séries de consequências futuras para as ONGs. Também é crucial que as ONGs estreitem suas relações com a comunidade e seus potenciais financiadores/doadores, divulgando as ações e informações sobre o mesmo. Ademais é importante que os projetos financiados gerem valores para as agências financiadoras colaborando no seu crescimento e atingir um nível cada vez maior.

Em forma de síntese, percebe-se que é relevante que as organizações comecem a ter visão mais ampla sobre seus possíveis colaboradores. Pois, tanto a proliferação das ONGs, assim como a crise no ambiente domésticos são grandes ameaças enfrentados pelas organizações hoje. O que torna a necessidade de elas estarem sempre preparados para enfrentar desafios externos. Ou seja, ter maior engajamento no planejamento das suas ações e gestão de projetos que lhes possibilita participar de editais internacionais na procura de novos financiadores e deixar de depender apenas dos investidores nacionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como qualquer instituições, as ONG's passam por processo administrativo que é composto por quatro funções básicas: planejamento, organização, direção e controle, que não podem ser feitos de qualquer jeito, pois o gerenciamento social baseia-se na identificação e priorização dos problemas, análise de dados disponíveis através de pesquisas sociais, análise dos indicadores sociais, definição dos objetivos e metas, escolha dos alvos estratégicos, definição da estratégia, identificação das ações, implementação e avaliação.

Ao longo da pesquisa constatamos que não existe um modelo único de captação de recursos, uma vez que existe uma diversidade de ONG's e cada um com as suas especificidades e planos de ação específico. Isso torna a utilização de algumas habilidades referentes a articulação empreendedora, no que se refere a elaboração de projetos, para que a ONG possa concorrer aos editais existentes, deixando claro, se de fato for estabelecido a parceria com ONG, se haverá uma contrapartida vinculando o nome da empresa ao projeto, o que proporcionará à empresa a dedução de imposto.

O incentivo financeiro é fundamental, visto que a falta dela coloca em risco a execução das tarefas proposta pelas organizações, assim como a manutenção dos mesmos e dos projetos sociais. Sendo assim, conclui-se que é de extrema relevância que cada instituição ter um profissional capacitado para trabalhar nessa área. Sua função consiste em mapear os potenciais investidores, identificar o perfil de cada contribuinte, bem como compreender o que os leva a realizar tal ação. A grosso modo, ele é atribuído a função de agente de policiamento das ações internas e externas da organização, observando as possíveis ameaças e oportunidades para um futuro acordo ou parceria com a instituição doadora. Nesta ótica, é importante ter um plano de captação de recursos bem estruturado e de forma consistente e atrativo.

Divido a importância do assunto é crucial que a ONG elabore um plano estratégico eficaz e um plano de captação de recursos. Para tal é recomendado que a ONG busque parceria com administradores que possam atuar na ONG auxiliando na elaboração desses planos ou realizando treinamento para equipe de gestão. Também notamos que muitas ONG's interferem as suas atividades divido a falta de recursos ou assistem de forma precária não atingindo seus objetivos.

A captação de recursos é um dos principais desafios de gerenciamento para as ONG's, para tanto, há necessidade de criação de um plano sustentável de seus projetos que levem a uma redução no máximo de custos com propaganda e conseqüentemente maior retorno possível. No entanto, a captação de recursos faz parte da estratégia atual das organizações, porém, cada uma opera de acordo com suas necessidades.

Em forma de síntese percebemos que além das organizações nacionais, as algumas ONG's contam com uma grande contribuição das doações internacionais. Essa diversificação de financiadores ou parceiros exigem que as ONG's beneficiárias desses recursos tenham uma estrutura mais sofisticada, com profissionais especializados que possam gerenciar esses recursos de melhor forma. Por isso, os gestores têm um papel importante no que se refere à captação de recursos assim como no gerenciamento e execução de forma inteligente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado, 1998.

DI PIETRO, Mara Sylvia Zanela. Direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DIMENSTEIN, G. Captação de recursos para ONGs depende de planejamento e dedicação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd260405.htm>>. Acesso em: 16 de nov. 2018.

FIGUEIREDO, Jéssica Antunes. O controle das parcerias entre o estado e o terceiro setor e seus reflexos na concretização dos direitos sociais. 2018. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. Métodos em Pesquisa Social. 3. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

INSTITUTO FONTE. Diferenciar os três setores. Coleção Caminhos para o desenvolvimento de Organizações da Sociedade Civil, 2012. Disponível em: <http://new.institutofonte.org.br/>. Acesso em: 16 de nov de 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos de metodologia Científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à Administração. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 5. ed. São Paulo, Malheiros, 1994.

MELLO, F. Administração em organizações do terceiro setor. Apostila do curso de Pós-graduação: gestão estratégica de empresas. Florianópolis: FEPESE, 2001.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

ROTHGIESSER, Tanya L. Sociedade Civil Brasileira e o Terceiro Setor, 2002. Disponível em: <http://www.terceirosetor.org.br/>. Acesso em: 8 de nov. 2018.
SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEBRAE. O que é uma Organização Não Governamental (ONG)?. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-organizacao-nao-governamental-ong,ba5f4e64c093d510VgnVCM100000>. Acesso em: 16 nov de 2018.

TACHIZAWA, T. Organizações não governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. São Paulo: Atlas, 2007.

TENÓRIO, F. (org.). Gestão das ONGs: principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

VALARELLI, Leandro Lamas. Gestão do Terceiro Setor: uma noção ampliada de captação de recursos. Disponível em: <[http:// www.rits.org.br](http://www.rits.org.br): Acesso em: 23 out. 2018.